

Agricultura sustentável e a construção de conhecimentos locais: uma experiência em Jalisco, México

Jaime Morales Hernández e
María de Jesús Bernardo Hernández





meio rural mexicano exhibe marcas que evidenciam os efeitos da implementação das políticas neoliberais e da imposição do modelo industrial de agricultura num contexto de globalização econômica. O resultado é uma profunda crise no campo, cujos principais impactos são percebidos no empobrecimento da maior parte das comunidades rurais, na utilização intensiva dos recursos naturais, na emigração massiva e na perda da soberania alimentar. No entanto, em consonância com uma tendência global e ainda em meio à crise, os movimentos sociais vêm multiplicando e articulando esforços em busca de alternativas para atingir a sustentabilidade rural. A partir de uma experiência no estado de Jalisco, México, este artigo aponta para a relevância dos processos sociais voltados à construção de conhecimentos que promovam a transição para agriculturas mais sustentáveis, situando-os como um elemento fundamental dos esforços de resistência e autonomia empreendidos pelos camponeses e indígenas em seus territórios locais.

O contexto rural no México

O México figura entre os dez países com maior diversidade biológica, atribuída a um cenário rural composto pelos mais diversos climas, ecossistemas, tipos de vegetação, solos e topografias. O país também se destaca pela grande diversidade cultural. Sua população rural, formada por indígenas, camponeses, mestiços, crioulos e imigrantes, também situa o México entre os dez países com maior diversidade cultural no mundo. Essa diversidade ecológica e cultural proporcionou as condições para que uma agricultura complexa e avançada se desenvolvesse, possibilitando uma grande agrodiversidade produtiva por todo o

Ao lado: Intercâmbio de sementes nativas.

território mexicano, o que faz do país um dos oito centros mundiais de origem das plantas cultivadas.

Os últimos 500 anos da história do México foram marcados pelo enfrentamento permanente entre os que pretendem enquadrar o país no projeto civilizatório ocidental – o *México imaginário* –, e aqueles que resistem apegando-se a suas raízes meso-americanas – o *México profundo* (BONFIL, 1994). A partir dos anos 1940, o desenvolvimento rural mexicano foi inserido na lógica da urbanização e da industrialização como os únicos meios para atingir a modernização. Assim, o setor rural se constituiu na base econômica para o desenvolvimento do país, e as políticas agropecuárias foram direcionadas para que o campo financiasse o crescimento urbano e o desenvolvimento industrial. Durante esse período, o país se tornou um exemplo clássico, e aparentemente bem-sucedido, do modelo de desenvolvimento modernizador. O setor agrário cumpriu com afinco as funções designadas e serviu de base para a industrialização do México (MORALES, 2004).

No início dos anos 1970, porém, o campo entrou numa profunda crise e sofreu um processo de empobrecimento que se expressou na queda da produção e na perda da autossuficiência alimentar. Em meados dos anos 1980, foram iniciadas as negociações para estabelecer o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN)¹, que envolve os Estados Unidos, o Canadá e o México. O Tratado entrou em vigor em 1994 e conduziu à institucionalização das políticas neoliberais voltadas a intensificar os processos de modernização no meio rural, estipulando a agricultura industrial como o único caminho possível para isso. A implementação do TLCAN tem provocado profundas transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais no campo mexicano (MORALES, 2004).

As políticas neoliberais, a perda da soberania alimentar, o êxodo maciço e a degradação ambiental são fragmentos da crise rural mexicana, que hoje exhibe um cenário desolador, num processo que, segundo Bartra (2005), pode ser considerado como um *agricídio*, realizado de forma premeditada, traiçoeira e desleal. Agora, o campo mexicano, origem do México profundo e exemplo de diversidade ecológica e cultural, está ameaçado e passa por um de seus períodos mais difíceis, imerso numa séria crise que coloca em risco a existência de famílias camponesas e indígenas, seus recursos naturais e sua cultura. Os resultados do desenvolvimento rural no México mostram como, apesar de seguir ao pé da letra os princípios da modernização rural e da globalização neoliberal, o campo

¹ N. do editor: no Brasil o tratado é mais conhecido como NAFTA, da sigla em inglês *North American Free Trade Agreement*.

mexicano entrou numa profunda e complexa crise, que, como define Bonfil (1994), não é a crise do México, mas tão somente a crise de um modelo de desenvolvimento que ignora o México profundo.

A construção da agricultura sustentável no México

Mas é justamente do México profundo, o lado mais afetado pela crise rural, que surgem as diferentes forças que lutam por um mundo rural mais justo e sustentável. A diversidade cultural e biológica, a agrobiodiversidade e a história rural são os alicerces para construir outras formas de relação com a natureza. São os camponeses e indígenas que definiram como marco comum o projeto civilizatório mesoamericano, assumindo-se como atores principais desses processos de transformação rural.

Aderindo à tendência mundial antiglobalização, no México continua crescendo o número de organizações e redes de agricultores, camponeses e indígenas, de consumidores e ONGs, que realizam experiências comunitárias em que a produção agropecuária sustentável, a melhoria do nível de vida e a autogestão do território se articulam em estratégias orientadas para um desenvolvimento rural alternativo. Na visão desses atores sociais, a agricultura sustentável é muito mais que um conjunto de projetos e técnicas, na medida em que faz parte de um grande processo de transformação social que pode ser visto como uma forma de resistência cotidiana do campesinato frente às forças globalizantes (HOLT-GÍMENEZ, 2008). Os atos de resistência e autonomia conduzidos por produtores e movimentos sociais têm em comum a lógica de tomar o potencial endógeno como ponto de partida para definir as práticas adequadas aos diferentes espaços locais (VAN DER PLOEG e LONG, 1994). Estão, portanto, relacionados à defesa dos estilos de vida rurais e, especialmente, à defesa do território como o lugar de construção da identidade local (GERRITSEN e MORALES, 2007).

No México, assim como em toda a América Central, o desenvolvimento da agricultura sustentável e da Agroecologia tem contado com uma importante contribuição das ONGs, por meio de atividades de formação, extensão, pesquisa, promoção e assessoria a comunidades (HOLT-GÍMENEZ, 2008). A agricultura sustentável começou a se desenvolver como uma estratégia orientada a enfrentar a crise rural a partir de três objetivos: a segurança alimentar familiar, o cuidado para com os recursos naturais e a redução dos custos de produção. Em muitos casos, o ponto de partida para a agricultura sustentável tem sido os agroecossistemas locais que, por meio do manejo tradicional, ainda conservam os traços fundamentais de funcionamento ecológico. Para os camponeses e indígenas, a agricultura de base ecológica representa não só uma alternativa viável à crise, mas também se traduz no fortalecimento de sua identidade rural por meio da revalorização de seus saberes e práticas tradicionais de agricultura.

Um indicador relevante da viabilidade dessas estratégias é o crescimento da agricultura ecológica no México, que passou de 23 mil hectares, em 1996, para 403 mil hectares, em 2008. Mais de 56 produtos são cultivados, gerando divisas que chegam a quase US\$ 395 milhões e criando 172 mil empregos diretos. Cumpre ressaltar que a agricultura



Localização do estado de Jalisco



Don Agustín Salvador, indígena wixaritari, mostra seus milhos nativos

ecológica no México é praticada fundamentalmente por pequenos e médios agricultores, que representam 76% dos produtores. Também é necessário assinalar que 82% desse grupo são formados por indígenas que pertencem a 22 povos diferentes (GÓMEZ CRUZ *et al.*, 2008). Como esses dados referem-se exclusivamente a agricultura ecológica certificada, não abrangem todas aquelas agriculturas camponesas e indígenas tradicionais que não participam da certificação convencional.

É possível afirmar, portanto, que no caso do México a construção e os avanços da agricultura sustentável estão assentados em processos sociais mais amplos e devem ser atribuídos fundamentalmente aos movimentos sociais camponeses e indígenas, acompanhados por organizações da sociedade civil, grupos de ecologistas e consumidores, assim como algumas universidades.

A Rede de Alternativas Agropecuárias Sustentáveis de Jalisco

No estado de Jalisco, a problemática rural é marcada pela tendência à exclusão dos atores sociais locais das atividades agropecuárias. A profissão de agricultor como forma de vida se encontra em sério risco na medida em que a importância do meio rural e de suas contribuições para a afirmação da identidade regional é negligenciada. Hoje, a crise na agricultura afeta consideravelmente o conjunto de símbolos e significados culturais que ao longo da história construíram o universo identitário da região. No entanto, Jalisco apresenta também a tendência global e nacional de busca por estratégias alternativas para o desenvolvimento rural sustentável. A região oferece um grande número de experiências locais importantes envolvendo pequenos empresários, camponeses, organizações indígenas e grupos ecológicos urbanos, que conduzem atividades voltadas para a agricultura sustentável, o comércio justo, a produção e comercialização de ervas e plantas medicinais, o turismo rural, educação ambiental, entre outras.

É nesse cenário que, em 1999, nasce a Rede de Alternativas Sustentáveis Agropecuárias (Rasa), como uma iniciativa cidadã e um espaço de encontro entre agricul-

tores, camponeses, indígenas, mulheres, assessores, consumidores, universidades e ONGs. A criação da rede surge como uma proposta de vários grupos de camponeses que já desenvolviam experiências de agricultura sustentável. Embora as experiências se baseassem em diferentes perspectivas, certos objetivos comuns facilitaram essa articulação inicial e permanecem como fatores de coesão da rede, entre eles: o fortalecimento da agricultura familiar; a defesa da dignidade e da identidade rural; a construção de soluções para a pobreza rural e o respeito pela natureza.

A Rasa é uma sociedade cooperativa, que contempla como visão construir relações de transformação social a partir das culturas camponesas e indígenas, com justiça, equidade, dignidade, respeito à natureza, assim como por meio da busca do reconhecimento dos valores camponeses pela sociedade urbana. A rede assume como missão para si a geração, o fomento e a articulação de formas de produção sustentáveis, por meio de processos sociais autônomos que se traduzam numa alternativa ao sistema de desenvolvimento dominante. Em outras palavras, a rede emer-

ge como um espaço local, onde um modelo alternativo de desenvolvimento rural é construído coletivamente.

A Rasa atualmente é formada por 20 grupos locais, integrando 100 famílias que praticam uma agricultura sustentável e diversificada, voltada, sobretudo, ao autoconsumo, mas também ao comércio justo de produtos ecológicos. A Rasa desenvolve quatro linhas de ação – formação, produção, comércio justo e conservação da agrobiodiversidade –, todas orientadas à consolidação de uma agricultura mais sustentável.

A construção social da agricultura sustentável

Os processos de formação têm sido o ponto de partida para a construção de conhecimentos relacionados à agricultura sustentável e atualmente constituem o eixo de ação mais importante da rede. O trabalho de formação tem como base duas referências conceituais e metodológicas: a Agroecologia e a educação popular. Os processos de formação promovidos pela Rasa apresentam as seguintes características: a) contemplam diferentes modalidades: encontros de intercâmbio, oficinas, acompanhamento de grupos e caravanas; b) os conteúdos de cada modalidade são definidos de forma participativa e se estruturam em torno aos princípios da Agroecologia; c) existe uma forte ênfase no resgate das sementes e no conhecimento local; d) a orientação é colocar em prática o que foi aprendido; e) em todas as modalidades há uma importante participação de camponeses como formadores de outros; f) a construção de novos conhecimentos busca estabelecer um diálogo entre os saberes tradicional e científico.

A partir dos processos de formação e da metodologia *campesino a campesino*, foi possível criar um importante grupo de camponeses e camponesas que atuam como formadores de outros agricultores. Os agricultores formadores, por sua vez, partem da identidade camponesa, ligada a valores como o respeito aos outros e à natureza. Os elementos da identidade camponesa orientam a sustentabilidade de maneira prática e reflexiva, uma vez que fomentam o cuidado com a terra, a natureza e a vida (BERNARDO, 2007).

Nos processos de formação, a construção de novos conhecimentos ganha relevância central. Grande parte da aprendizagem que os mesmos camponeses reconhecem vai sendo acumulada a partir do intercâmbio de experiências, da relação com outros camponeses e outros movimentos. Assim começa a construção coletiva: a vinculação do saber antigo com o conhecimento atual e com as técnicas agroecológicas de cultivo. A relação entre técnicos e agricultores, sempre garantindo o respeito à escuta, abre as portas para conhecimentos novos que levam à inovação de técnicas e instrumentos que conduzam à sustentabilidade e à autossuficiência. Assim os sujeitos começam o trabalho de uma agricultura renovada, partindo do que já sabiam, mas agregando novos saberes. O campo-

nês conhece a agricultura desde sua primeira formação, esse conhecimento permite a aproximação e retomada das bases da agricultura tradicional para renová-la em busca de uma agricultura sustentável (FERNÁNDEZ, 2010).

Um elemento fundamental nessa construção de novos conhecimentos é o desejo de compartilhar o que foi aprendido com outros agricultores. O camponês já não se satisfaz em saber fazer as coisas, como também busca poder transmitir esse conhecimento a outros. O conhecimento camponês se constrói dentro de suas realidades, de seus contextos. É um conhecimento obtido pela vivência, arraigado não só em sua mente, mas também em suas práticas cotidianas e em seu coração. É por isso que o camponês tenta dar um passo mais adiante e compartilhar a essência de seu ser e saber com outros, buscando dar vida e transcendência ao próprio conhecimento. Os camponeses encontram na Rasa um espaço que lhes permite compartilhar sua sabedoria e sua experiência, que abre as portas para o encontro com esses outros que buscam e esperam saber um pouco mais para enriquecer sua própria aprendizagem e sua própria prática. Para encontrar o sentido de seu saber fazer, ele precisa compartilhá-lo (FERNÁNDEZ, 2010).

Por meio de seu conhecimento e esforço, e com o respaldo dos processos de formação da Rasa, os camponeses participantes têm conseguido avançar rumo a sistemas de produção mais sustentáveis, o que lhes tem permitido resistir à crise rural, além de recuperar importantes margens de autonomia produtiva. A pesquisa de Bernardo (2007) analisa casos de camponeses que há mais de cinco anos participam dos processos de formação na Rasa e mostra como todos têm modificado seus sistemas de produção, apostando na agrobiodiversidade e no uso de tecnologias sustentáveis. Em todos os casos, o ponto de partida têm sido as práticas da agricultura tradicional e o plantio de sementes nativas. Os camponeses afirmam que foram essas mudanças que proporcionaram maior autonomia e liberdade. Para os agricultores, a Agroecologia representa uma oportunidade de recuperar a identidade camponesa, a possibilidade de complementar o conhecimento próprio, porque o objetivo é trabalhar a terra com cuidado, produzir mais variedade de alimentos, otimizar a economia e melhorar o nível de vida das famílias (BERNARDO, 2007).

Reflexões finais

É possível afirmar, portanto, que, apesar do cenário adverso para a agricultura familiar em Jalisco, as experiências dos grupos da rede têm mostrado sua viabilidade produtiva, ecológica, econômica e social. Os agricultores participantes têm construído novos conhecimentos com base em sua agricultura tradicional, em diálogo com a Agroecologia, promovendo transformações em busca de uma agricultura mais sustentável como um componente estratégico de seus processos de resistência e autonomia.

Nessa transição, os processos de formação são fundamentais para a construção de novos conhecimentos. A experiência da Rasa evidencia a importância dos princípios e métodos da Agroecologia como base dos processos e mostra também a transcendência de incorporar a educação popular e o enfoque de *campesino a campesino*.

A análise dos processos de formação revela que o trabalho da rede vai mais além de um mero treinamento de camponeses em técnicas agrícolas sustentáveis. A Agroecologia é considerada como um fator de mobilização social, tanto no meio rural como no urbano, que aposta na ação coletiva para participar em assuntos sociais e políticos. A experiência da Rasa ilustra o surgimento de um incipiente movimento social, alimentado pelas capacidades dos camponeses e assessores, as ideologias, as histórias políticas e sociais e as formas de organização social.

A Rasa pode ser encarada como uma iniciativa cidadã assentada em novos movimentos sociais rurais e que reúne dois tipos de atuação, o progressivo e o *aspirativo* (WOODS, 2003). O ruralismo progressivo surge da resistência contra as práticas agroindustriais da agricultura moderna, contra as políticas agrícolas e contra os vários aspectos negativos da globalização. Já o ruralismo aspirativo se expressa como a busca dos atores rurais para defender e manter sua bagagem e identidade cultural. Sob ambas as perspectivas, podemos identificar a natureza da atuação da Rasa, uma vez que, de um lado, reflete a resistência contra as práticas agroindustriais da agricultura moderna e suas políticas agrícolas e, por outro, está baseada na força de seus membros e de sua bagagem e identidade cultural.

Jaime Morales Hernández
doutor em Agroecologia e pesquisador do Centro de Investigación y Formación Social del Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente em Guadalajara, Jalisco, México.
jaimem@iteso.mx

María de Jesus Bernardo Hernandez
mestra em Agroecologia e pesquisadora da Red de Alternativas Sustentables Agropecuarias, Jalisco, México
bhmj_19@hotmail.com

Referências bibliográficas

- BARTRA, Armando. Rusticana. In: GALLARDO, Rigoberto; MORENO, Villa Rafael (Coord.). **México tras el ajuste estructural**, v. 2. México: Ediciones Iteso y la Universidad Iberoamericana León, 2005.
- BERNARDO, María de Jesús. **Estrategias de formación en desarrollo rural sustentable con actores sociales**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidad Internacional de Andalucía, Jaén, Espanha.
- BONFIL, Guillermo. **México profundo: una civilización negada**. México: Editorial Grijalbo, 1994.
- FERNÁNDEZ, Verónica. (2010) **Aprendizajes campesinos hacia la sustentabilidad**. 2010. Tese (Licenciatura em Ciências da Educação) – Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, Guadalajara, México.
- GERRITSEN, Peter R.W.; HERNÁNDEZ, Jaime Morales. **Respuestas locales frente a la globalización económica**. Productos regionales de la Costa Sur de Jalisco. México: Universidad de Guadalajara/Iteso/Rasa, 2007.
- GÓMEZ, Cruz M.; SCHEWENTESIUS, R.; ORTIGOZA, J.; GÓMEZ, L. **Datos básicos de la Agricultura Orgánica de México: situación, retos y tendencias**. México: Coediciones Universidad Autónoma de Chapingo y Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología México, 2008.
- HOLT-GÍMENEZ, Eric. **Campesino a campesino**. Voces de Latinoamérica. Movimiento Campesino a Campesino para la agricultura sustentable. Nicaragua/EUA: Simas/Food First Books, 2008.
- MORALES, Hernández Jaime. **Sociedades Rurales y Naturaleza**. México: Ediciones Iteso y Universidad Iberoamericana León, 2004.
- VAN DER PLOEG; LONG, N. **Born from within**; practice and perspectives of endogenous rural development. Holanda: Ed. Von Gorcum Assen, 1994.
- WOODS, M. Deconstructing rural protest: the emergence of a new social movement. **Journal of Rural Studies**, v. 19, p. 309-325, 2003.